

N.F. Nº - 222566.0126/20-5
NOTIFICADO - PROQUIGEL QUÍMICA S/A
NOTIFICANTE - PAULO ALVES DE OLIVEIRA FILHO
ORIGEM - DAT SUL / IFMT / POSTO FISCAL BENITO GAMA
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 07.05.2025

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0067-05/25NF-VD**

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE ETANOL HIDRATADO. CONTRIBUINTE NÃO DETENTOR DE REGIME ESPECIAL PARA PAGAMENTO POSTERGADO DO IMPOSTO. Sujeito Passivo logra êxito em elidir a ação fiscal. Documentos acostados na defesa comprovam que a Notificada detinha, à época da fiscalização, Regime Especial para pagamento do ICMS devido por Antecipação Tributária Parcial até o dia 25 do mês seguinte ao da entrada da mercadoria. Infração insubsistente. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em 17/09/2020, exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$ 14.210,15**, mais multa de 60%, no valor de **R\$ 8.526,09** totalizando o montante de **R\$ 22.736,24** em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 - 054.005.008: Falta de recolhimento do ICMS, referente à **antecipação tributária parcial**, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Na peça acusatória o Notificante descreve os fatos que se trata de:

“Aquisição estadual de mercadorias tributadas procedentes de outra Unidade da Federação para comercialização ou outros atos de comércio, contribuinte no Estado da Bahia, cuja inscrição estadual encontra-se na condição de DESCREDENCIADO, não tendo sido feito o recolhimento do ICMS espontaneamente na saída dessas mercadorias. DANFE de nº 189.576”

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se **cópias dos seguintes documentos**: a Notificação Fiscal de nº 222566.0126/20-5, devidamente assinada pelo Agente de Tributos Fiscal (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 02); a memória de cálculo efetuada pelo Notificante, (fl. 04); a cópia do DANFE de nº 189.576 (fl. 03), emitido pela Empresa Raizen Energia S/A **na data 14/09/2020**, Venda de Produção do Estabelecimento, procedente do **Estado de São Paulo**, carreando a mercadoria de **NCM de nº 2207.10.90 (Etanol Hidratado)**; o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico – DACTE de nº 24.010 (fl. 07).

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de Advogado, manifestando impugnação apensada aos autos (fls. 11 a 17), protocolizada na CORAP SUL/PA V. CONQUISTA na data de 26/01/2021 (fl. 13).

Em seu arrazoado a Notificada alegou a tempestividade de sua peça de defesa e no tópico “**Dos Fatos**” consignou que a Notificada é pessoa jurídica de direito privado que tem como objeto social a produção, importação e exportação de produtos químicos em geral, fertilizantes, bem como a fabricação e comercialização de chapas e resinas acrílicas e de policarbonatos, revestindo-se, assim, da condição de contribuinte do ICMS e no seu exercício de suas atividades,

adquire **diversos insumos**, a exemplo de **álcool hidratado a granel**, oriundo do Estado de São Paulo.

Acrescentou a descrição dos fatos, o valor do débito e a infração lhe imputada asseverando que a Notificação Fiscal não merece prosperar tendo em vista que ao contrário do que fora informado a Notificada possui autorização da SEFAZ/BA para pagamento do imposto antecipado até o dia 25 do mês subsequente ao da entrada da mercadoria.

Tratou no tópico “**Do Direito – Recolhimento do Imposto até o dia 25 do Mês Subsequente**” que em 04/05/2017 houve emissão do Parecer Final de nº 11.652/2017 – Processo de nº 07012620175 por parte do titular da repartição fiscal da SEFAZ/BA, justamente com o objetivo de autorizar a Notificada a recolher o imposto até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente ao da entrada da mercadoria, nos seguintes termos:

“Ementa” “Autorização – Prazo Especial – ICMS Antecipação Tributária – Credenciamento para recolhimento da antecipação tributária, até o dia 25 do mês subsequente, conforme art. 332, inciso V, alínea “i” I do RICMS – Decreto nº 13.780/12-PELO DEFERIMENTO”

Acrescentou que nada obstante, o recolhimento do imposto até o dia 25 do mês subsequente ao da entrada da mercadoria neste Estado encontra total guarida na legislação do ICMS e está em consonância com o supracitado Parecer Final emitido pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, senão vejamos. (Citou e cópia o art. 332, inciso V, alínea i, § 4º do RICMS/BA).

Asseverou que a autorização para o recolhimento do imposto até o dia 25 do mês subsequente ao da entrada da mercadoria neste Estado é específica para as operações com álcool a granel, observe-se ademais, que na nota fiscal autuada consta expressamente, no campo dados adicionais, a indicação da autorização acima mencionada.

Finalizou no tópico “**Dos Pedidos**” que demonstrada a insubsistência da autuação perpetrada, requer a Notificada que seja acolhida a Impugnação apresentada para rechaçar a **Notificação Fiscal de nº 222566.0126/20-5**, inclusive seus consectários legais.

Pleiteou, ainda, a juntada posterior de documentos, bem como a **realização de diligências** fiscais para constatação dos fatos alegados e análise dos documentos colacionados, nos termos dos artigos 123, § 3º e 145 do Decreto de nº 7.629/99.

Arrematou requerendo que todas as **publicações e intimações** relativas ao presente feito sejam realizadas em nome dos patronos da causa, no endereço Av. Tancredo Neves, 1.632, Torre Sul, Salas 1.510/1.517, Caminho das Árvores, Salvador – BA, CEP 41820-020.

Verifico que por ter sido revogado o art. 53 do RPAF/99 através de norma publicada em **18/08/2018**, referente ao Decreto de nº 18.558/18, não consta a Informação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em 17/09/2020, exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$ 14.210,15**, mais multa de 60%, no valor de **R\$ 8.526,09** totalizando o montante de **R\$ 22.736,24**, em decorrência do cometimento da Infração (54.05.08) **da falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada do território deste Estado**, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preenche os requisitos na legislação fiscal.

O enquadramento legal seguiu a **Infração tipificada** referenciando à alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, **c/c art. 12-A**; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Previamente indefiro o pedido de diligência com fulcro no artigo 147, inciso II, alínea “a” do RPAF/BA/99 por considerar suficientes para a formação de convicção os elementos contidos nos autos.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

Em apertada síntese, no mérito, a Notificada consignou que, conforme Parecer Final de nº 11.652/2017, referente ao Processo de nº 0701260175, exarado em 04/05/2017, por titular da repartição fiscal da SEFAZ/BA, está autorizada para o recolhimento do imposto até o dia 25 do mês subsequente ao da entrada da mercadoria. Acresceu que, na NF-e de nº 189.576, que fora objeto da Notificação, consta expressamente, no campo dos dados adicionais, a indicação da autorização para efetuar o recolhimento de forma postergada.

Tem-se que a presente Notificação Fiscal resultou de uma ação de fiscalização realizada por Autoridade Fiscal do Posto Fiscal Benito Gama, relacionado ao DANFE de nº 189.576, emitido pela Empresa Raizen Energia S/A na data 14/09/2020, Venda de Produção do Estabelecimento, procedente do Estado de São Paulo, carreando a mercadoria de NCM de nº 2207.10.90 (Etanol Hidratado), sem o pagamento da Antecipação Parcial, antes da entrada no Estado da Bahia, conforme disposto inciso III, alínea “b” do art. 332 do RICMS/BA/12 observado o disposto nos §§ 2º e 3º, deste artigo.

“III - antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:

(...)

b) não enquadradas no regime de substituição tributária e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS;

Constato que os produtos adquiridos pela Notificada têm base de cálculo do imposto acrescida de MVA, pois há previsão do NCM de nº 2207.10.90 (Etanol Hidratado) em Convênio, Protocolo, assim como no RICMS-BA/12, particularmente no seu Anexo I.

6.0	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES:					
6.1	06.001.01	2207.10.9	Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoólico em volume igual ou superior a 80% vol. - outros (álcool etílico hidratado combustível)	Conv. ICMS 110/07 – Todos	As indicadas no Ato COTEPE 61/19 ou o PMPF, o que for maior	As indicadas no Ato COTEPE 61/19 ou o PMPF, o que for maior

Entretanto, no presente caso concreto a Notificada é uma indústria que utiliza o etanol (álcool etílico) como insumo no seu processo produtivo, ou seja, embora seja uma operação com álcool etílico hidratado combustível o fim deste não se destina à comercialização como combustível e sim com o propósito de não-combustíveis sendo tratado de forma específica através do Protocolo ICMS de nº 17/04 que estabelece procedimentos nas operações com álcool etílico hidratado combustível - AEHC e álcool para fins não-combustíveis que especifica, e signatários apenas os Estado de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe.

O referido protocolo estabelece que o estabelecimento industrial ou comercial que promover saída interna ou interestadual de AEHC ou de álcool para fins não-combustíveis, antes de iniciada a remessa, efetuará o recolhimento do imposto destacado na Nota Fiscal relativa à operação de saída, observando-se que o imposto a ser recolhido antecipadamente será calculado tomando-se por base o valor da operação ou o valor de referência estabelecido na legislação estadual, prevalecendo o que for maior, aplicando-se a alíquota vigente para as operações internas ou interestaduais, conforme o caso sendo o recolhimento do imposto realizado mediante documento de arrecadação específico, devendo o mencionado documento, devidamente quitado, acompanhar a mercadoria.

Assim, nas aquisições de **Estado não signatário**, como no presente caso de São Paulo, a **Notificada (adquirente) deveria ter feito o recolhimento antes da entrada** do produto no território do Estado. No entanto, verifica-se que ao tempo da lavratura da presente Notificação Fiscal encontrava vigente o parecer autorizativo que concedia a postergação do pagamento.

Número do Processo	07012620175	Data de Cadastramento:	03/05/2017	
Parecer:	11652/2017	Situação:	DEFERIDO	Data de Ciência: 08/05/2017
Tipo:	Autorização - Pagamento Ant. tributária até o dia 25 do mês subsequente			
Ementa:	Autorização - Prazo Especial - ICMS Antecipação Tributária - Credenciamento para recolhimento da antecipação tributária, até o dia 25 do mês subsequente, conforme art.332, inciso V, alínea "i" do RICMS - Decreto nº 13.780/12-PELO DEFERIMENTO			

Do deslindado, entendo que a ação fiscal realizada pelo Notificante, não seguiu o que estabelece a legislação fiscal referente à cobrança da Antecipação Parcial do ICMS, **antes da entrada no** território deste Estado, uma vez que a Notificada possuía autorização de postergação. Assim sendo, julgo IMPROCEDENTE a Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal de nº **222566.0126/20-5**, lavrada contra **PROQUIGEL QUÍMICA S/A**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 01 de abril de 2025.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - JULGADOR